



Demonstrações Financeiras Individuais

BANCO ORIGINAL DO AGRONEGÓCIO

• Relatórios

Relatório da Administração	3
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais	4

• Demonstrações Financeiras Individuais

Balancos Patrimoniais	8
Demonstrações do Resultado	9
Demonstrações do Resultado Abrangente	10
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	11
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	12

• Notas Explicativas

1. Contexto Operacional	13
2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras	13
3. Principais Práticas Contábeis	13
4. Caixa e Equivalentes de Caixa	16
5. Ativos Financeiros.....	16
6. Investimentos.....	18
7. Imobilizado.....	18
8. Outros Ativos	18
9. Passivos Financeiros	19
10. Ativos e Passivos Fiscais.....	19
11. Provisões	21
12. Outros Passivos.....	22
13. Patrimônio Líquido.....	22
14. Outras Despesas Administrativas	23
15. Despesas Tributárias	23
16. Outras Receitas	24
17. Outras Despesas	24
18. Partes Relacionadas.....	24
19. Estrutura de Gerenciamento de Riscos	25
20. Suficiência de Capital	26
21. Informações Complementares.....	26
22. Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S/A e J&F Investimentos	27

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original do Agronegócio S/A, encerradas em 30 de junho de 2021, acompanhadas das respectivas notas explicativas bem como do relatório dos auditores independentes.

O Banco Original do Agronegócio encerrou o primeiro semestre de 2021 com patrimônio líquido R\$ 144 milhões (R\$ 137 milhões em 31 de dezembro de 2020) e total de ativos de R\$ 165 milhões (R\$ 158 milhões em 31 de dezembro de 2020).

O Banco Original do Agronegócio preza por uma estrutura organizacional que permita o controle tempestivo independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado.

A administração agradece aos clientes, acionistas, parceiros pela confiança investida e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 17 de agosto de 2021

A Administração

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos

Acionistas e ao Conselho de Administração do

Banco Original do Agronegócio S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Original do Agronegócio S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original do Agronegócio S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de agosto de 2021



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Andre Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ativo	Nota	30/06/2021	31/12/2020
Disponibilidades	4	579	639
Ativos financeiros		162.551	156.307
Instrumentos financeiros		162.551	156.307
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.1.a	162.551	142.232
Títulos e valores mobiliários	5.1.b.1	-	14.075
Ativos fiscais		2.053	1.279
Ativos correntes	10.b	489	1.279
Ativos diferidos	10.d	1.564	-
Investimentos		100	100
Investimentos em participação em controladas	6	100	100
Imobilizado		28	45
Imobilizado de uso	7	493	500
Depreciação acumulada	7	(465)	(455)
Outros ativos	8	33	33
Total do Ativo		165.344	158.403

Passivo	Nota	30/06/2021	31/12/2020
Passivos financeiros		13.991	13.812
Depósitos e demais instrumentos financeiros		13.991	13.812
Depósitos	9.1.a.1	13.991	13.812
Passivos fiscais		4.441	4.323
Passivos correntes	10.c	4.441	725
Passivos diferidos	10.f	-	3.598
Provisões	11	2.389	2.781
Outros passivos	12	100	154
Patrimônio Líquido		144.423	137.333
Capital Social	13.a	112.123	112.123
Reservas de Lucros	13.b	32.300	25.210
Total do passivo e patrimônio líquido		165.344	158.403

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

		01/01 a Nota 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Rendas da intermediação financeira		6.017	318
Resultado em operações com títulos e valores mobiliários	5.1.b.2	6.017	318
Despesas da intermediação financeira		(178)	(235)
Despesas em operações de captação no mercado	9.1.a.2	(178)	(235)
Resultado bruto da intermediação financeira		5.839	83
Resultado das provisões para perdas		1.000	-
Recuperação de créditos baixados como prejuízo		1.000	-
Receitas / (despesas) operacionais		(1.015)	(936)
Receitas de tarifas bancárias		4	-
Outras despesas administrativas	14	(815)	(880)
Despesas tributárias	15	(599)	(117)
Outras receitas	16	482	171
Outras despesas	17	(87)	(110)
Resultado antes dos tributos		5.824	(853)
Imposto de renda e contribuição social		1.266	348
Provisão para imposto de renda	10.a	(2.159)	(240)
Provisão para contribuição social	10.a	(1.737)	(178)
Ativo fiscal diferido	10.a	5.162	766
Resultado líquido		7.090	(505)
Resultado líquido por ação - 1.000.000.000 de ações		0,0709	(0,0051)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Resultado líquido	7.090	(505)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Ativos financeiros		
Variação do valor justo	-	(433)
Efeito dos tributos	-	195
Outros resultados abrangentes	-	(238)
Resultado Abrangente	7.090	(743)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital social	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros / prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldo em 31 de dezembro de 2019		112.123	3.570	20.772	310	-	136.775
Outros resultados abrangentes	13.c	-	-	-	(238)	-	(238)
Resultado líquido		-	-	-	-	(505)	(505)
Destinações							
Reserva estatutária	13.b	-	-	(505)	-	505	-
Juros sobre o capital próprio	13.d	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2020		112.123	3.570	20.267	72	-	136.032
Mutações do período		-	-	(505)	(238)	-	(743)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		112.123	3.570	20.772	310	-	136.775
Outros resultados abrangentes	13.c	-	-	-	(310)	-	(310)
Resultado líquido		-	-	-	-	868	868
Destinações							
Reserva legal	13.b	-	43	-	-	(43)	-
Reserva estatutária	13.b	-	-	825	-	(825)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020		112.123	3.613	21.597	-	-	137.333
Mutações do período		-	43	825	(310)	-	558
Saldo em 31 de dezembro de 2020		112.123	3.613	21.597	-	-	137.333
Resultado líquido		-	-	-	-	7.090	7.090
Destinações							
Reserva legal	13.b	-	355	-	-	(355)	-
Reserva estatutária	13.b	-	-	6.735	-	(6.735)	-
Saldo em 30 de junho de 2021		112.123	3.968	28.332	-	-	144.423
Mutações do período		-	355	6.735	-	-	7.090

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Fluxos de caixa provenientes das operações			
Resultado líquido		7.090	(505)
Ajustes ao resultado líquido		(5.536)	1.964
Depreciações e amortizações		17	19
Ativo fiscal diferido		(5.161)	(766)
Constituição / (reversão) da provisão para contingências trabalhistas		(392)	111
Ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros		-	2.766
Demais ajustes		-	(166)
Lucro líquido ajustado		1.554	1.459
Variações patrimoniais		18.705	174
(Aumento) / redução em título e valores mobiliários		14.075	871
(Aumento) / redução em ativos fiscais correntes		4.387	613
(Aumento) / redução em outros ativos		-	2.250
(Redução) / aumento em passivos financeiros		179	235
(Redução) / aumento em passivos fiscais correntes		181	(1.032)
(Redução) / aumento em outros passivos		(54)	(2.630)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(63)	(133)
Caixa gerado nas atividades operacionais		20.259	1.633
Varição líquida em caixa e equivalentes de caixa		20.259	1.633
Saldo inicial	4	142.871	123.381
Saldo final	4	163.130	125.014
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		20.259	1.633

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

O Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco Original do Agronegócio) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento e investimento, de crédito imobiliário e rural, operações compromissadas e mercado de câmbio, constituído na forma de sociedade anônima e sediado à Rua Porto União, 295, Brooklin Paulista, São Paulo - SP.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela lei das sociedades por ações, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A Administração destaca a adoção da Resolução BCB nº 2 do BACEN, o que resultou em alteração da apresentação, nomenclaturas e grupamentos do balanço patrimonial, tais como ativos financeiros, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões.

As contas passaram a ser apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade. A Administração entende que essa forma de apresentação proporciona informação mais relevante e confiável aos leitores destas demonstrações financeiras. Tais alterações não impactaram o resultado ou o patrimônio líquido, tampouco geraram impacto material à comparabilidade dos saldos.

Os valores de determinados ativos, passivos, receitas e despesas são definidos com base em estimativas e premissas validadas pela Administração. As estimativas e premissas são revisadas e validadas de maneira contínua. A realização desses valores pode divergir do estimado e, nesse caso, revisões serão reconhecidas prospectivamente.

Os principais valores que possuem risco de gerar ajuste em períodos subsequentes são:

- Provisões - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros.
- Expectativa de consumo de créditos tributários, conforme a estimativa de disponibilidade de lucro.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração em 17 de agosto de 2021.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas de forma consistente e uniforme são:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo princípio da competência, observando-se

o critério “pro rata” dia para as de natureza financeira, incluindo efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Ativos financeiros

c.1) Instrumentos financeiros

c.1.1) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perda, quando aplicável.

c.1.2) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios:

- **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Os títulos são considerados como ativo circulante independentemente de sua data de vencimento;
- **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, são reconhecidos em conta destacada do Patrimônio Líquido sob o título de “outros resultados abrangentes” e esses ganhos e perdas, quando realizados, são reconhecidos na data da negociação no resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido;
- **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

d) Investimentos

Os investimentos em sociedade controlada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em controladas.

e) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem, sendo: instalações, móveis, equipamentos

de uso, sistemas de segurança e comunicações - Dez anos, sistemas de processamento de dados e veículos - Cinco anos e benfeitorias em imóveis de terceiros - Dez anos.

f) Provisões para redução ao valor recuperável de ativos

É reconhecido como perda o valor de um ativo quando seu valor contábil excede seu valor recuperável.

As perdas com *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

g) Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base pro rata dia, incorridos até a data do balanço.

h) Ativos contingentes

Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

i) Passivos financeiros

i.1) Depósitos, demais instrumentos financeiros e outros instrumentos financeiros
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata dia.

j) Provisões

j.1) Passivos contingentes - cíveis, trabalhistas e fiscais

Quando o risco é considerado possível, são divulgadas nas demonstrações financeiras dada a incerteza de a entidade ter a obrigação que resulte em saída de recursos.

Quando o risco é considerado provável, são reconhecidas nas demonstrações financeiras em virtude de serem obrigações presentes, com probabilidade de desembolso de recursos.

k) Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL

A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% ao que exceder a R\$ 240 mil no exercício fiscal.

A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 20%.

l) Programa de integração social - PIS e contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS

O PIS (0,65%) e a COFINS (4%) são calculados sobre determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em “despesas tributárias”.

m) Outros passivos

Demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridas em base pro rata die.

n) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Resultado não recorrente está relacionado com as atividades atípicas da instituição e não há previsão de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data base das demonstrações financeiras e a data de sua emissão, sendo divulgados em conformidade com a Resolução CMN nº 3.973/11.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Composição	30/06/2021	31/12/2020
Disponibilidades	579	639
Em moeda nacional	579	639
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada ⁽¹⁾	162.551	142.232
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	142.232
Notas do Tesouro Nacional - NTN	162.551	-
Total	163.130	142.871

⁽¹⁾ Operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. Ativos financeiros

5.1. Instrumentos Financeiros

a) Aplicações interfinanceiras de liquidez	30/06/2021	31/12/2020
	Até 3 Meses	Total
Aplicações no Mercado Aberto	162.551	142.232
Posição Bancada	162.551	142.232
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	142.232
Notas do Tesouro Nacional - NTN	162.551	-
Total	162.551	142.232

b) Títulos e valores mobiliários

b.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel, nível e prazo de vencimento a valores de custo e de mercado	30/06/2021	31/12/2020
1 - Títulos para negociação	-	14.075
Carteira própria	-	14.075
Títulos privados	-	14.075
Ações de companhias abertas ⁽¹⁾	-	14.075
Total	-	14.075

⁽¹⁾ As ações da JBS S.A foram alienadas em junho de 2021.

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelas taxas divulgadas pela B3, Mercadorias e Futuros ou agentes de mercado, quando necessário.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados na B3 e as ações na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

No semestre findo em 30 de junho de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não havia títulos mantidos até o vencimento e instrumentos mensurados nos níveis 2 e 3.

b.2) Resultado	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Resultado em títulos de renda variável	4.166	(2.445)
Resultado em aplicações interfinanceiras de liquidez	1.851	2.164
Resultado em títulos de renda fixa	-	599
Total	6.017	318

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos no semestre findo em 30 de junho de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

d) Carteira de Créditos e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

O Banco Original do Agronegócio não possui saldo em operações de crédito, pois todas as operações de seu legado foram baixadas para prejuízo sendo controladas em contas de compensação, conforme definido pelo art.7º da Res. 2.682/99 do CMN. Eventualmente poderá ser reconhecida receita com a recuperação desses créditos baixados, que são objetos de renegociações, sendo que a operação recuperada retornará à carteira ativa classificada com nível de risco H, conforme artigo 8º da Resolução CMN nº 2.682/99. No semestre findo em 30 de junho de 2021 foram recuperados de prejuízo o montante de R\$ 1.000 (não houve recuperação no semestre findo em 30 de junho de 2020).

6. Investimentos

a) Investimentos em participação em controladas	31/12/2020	30/06/2021
Controladas		
Original Investimentos Imobiliários	100	100
Total	100	100

7. Imobilizado

a) Composição	Custo	Depreciação	30/06/2021	31/12/2020
Instalações, móveis e equipamentos de uso	240	(218)	22	33
Sistemas de segurança e comunicações	253	(247)	6	12
Total	493	(465)	28	45

b) Movimentação	31/12/2020	Movimentação de 01/01 a 30/06/2021			30/06/2021
	Saldo contábil	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo contábil
Instalações, móveis e equipamentos de uso	33	-	-	(11)	22
Sistemas de segurança e comunicações	12	-	-	(6)	6
Total	45	-	-	(17)	28

Nos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 não houve registro de perdas por *impairment*.

8. Outros Ativos

Composição	30/06/2021	31/12/2020
Devedores por depósitos em garantia - contingências trabalhistas	32	31
Adiantamentos a fornecedores	1	1
Despesas pagas antecipadamente	-	1
Total	33	33
Circulante	1	2
Não circulante	32	31

9. Passivos Financeiros

9.1. Depósitos e demais instrumentos financeiros

a) Depósitos

a.1) Composição	Até 3 meses	30/06/2021	31/12/2020
Depósitos interfinanceiros ⁽¹⁾	13.991	13.991	13.812
Total	13.991	13.991	13.812

⁽¹⁾ Taxas praticadas em operações pós-fixadas de 100% do CDI.

a.2) Resultado	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Captação no mercado aberto	(178)	(235)
Depósitos interfinanceiros	(178)	(235)
Total	(178)	(235)

10. Ativos e Passivos Fiscais

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	5.824	(853)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(2.621)	384
Efeito na apuração dos tributos		
Provisão para contingências trabalhistas	176	(50)
Ajuste positivo ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	(3.404)	(1.245)
Outros	1.953	493
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.896)	(418)
Circulante	(3.896)	(418)

b) Composição dos ativos correntes	30/06/2021	31/12/2020
Imposto de renda a compensar	324	810
Contribuição social a compensar	165	464
Outros impostos a compensar	-	5
Total	489	1.279
Circulante	489	1.279

c) Composição dos passivos correntes	30/06/2021	31/12/2020
Provisão para imposto de renda	2.159	396
Provisão para contribuição social	1.737	312
COFINS	462	9
PIS	75	2
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	8	6
Total	4.441	725
Circulante	4.441	725

d) Composição dos ativos diferidos	30/06/2021	31/12/2020
Provisão para contingências trabalhistas	1.075	-
Base negativa de contribuição social	346	-
Prejuízo fiscal	143	-
Total	1.564	-
Circulante	291	-
Não circulante	1.273	-

e) Movimentação dos ativos diferidos	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Saldo inicial	-	-
Constituições	1.564	-
Saldo final	1.564	-

f) Composição dos passivos diferidos	30/06/2021	31/12/2020
Ajuste positivo ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	-	3.598
Total	-	3.598
Circulante	-	3.598

g) Movimentação dos passivos diferidos	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Saldo inicial	3.598	4.064
Constituições	8.661	-
Reversões	(12.259)	(1.111)
Saldo final	-	2.953

h) Expectativa de realização dos ativos diferidos 30/06/2021

Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Realização projetada	121	170	95	95	8	1075	1.564

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

i) Valor presente dos ativos diferidos

O valor presente dos ativos diferidos em 30 de junho de 2021, considerando a taxa de captação projetada é de R\$ 1.206 (não havia ativos diferidos constituídos em 31 de dezembro de 2020).

Em 01 de março de 2021, foi publicada a Medida Provisória nº 1.034 (“MP”), convertida na Lei nº 14.183, em 14 de julho de 2021, que elevou a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL dos setores financeiro, segurador e cooperativas em cinco pontos percentuais, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021. A aplicação da referida lei não gerou impactos significativos nas demonstrações financeiras de junho de 2021.

11. Provisões

a) Provisões trabalhistas

São ações movidas pelos sindicatos, associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas. A provisão para os processos trabalhistas (ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros) é feita de acordo com a opinião legal dos assessores jurídicos externos e sua constituição é realizada sempre que a perda for avaliada como provável.

Para esses processos trabalhistas foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 32 (R\$ 31 em 31 de dezembro de 2020).

a.1) Composição 30/06/2021 31/12/2020

Provisões para contingências trabalhistas	2.389	2.781
Saldo final	2.389	2.781

a.2) Movimentação 01/01 a 30/06/2021 01/01 a 30/06/2020

Saldo inicial	2.781	2.513
Atualização monetária	84	111
Reversão	(476)	-
Saldo final	2.389	2.624

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até quatro anos.

b) Passivos contingentes classificados como de risco de perda possível

São processos na esfera cível, classificados com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

b.1) Composição	30/06/2021	31/12/2020
Provisões para contingências cíveis	101	-
Saldo final	101	-

Em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 o Banco Original do Agronegócio não possuía processos de natureza trabalhista e fiscal classificados como de risco de perda possível.

12. Outros Passivos

Composição	30/06/2021	31/12/2020
Subscrições de capital a integralizar ⁽¹⁾	100	100
Provisão para despesas administrativas	-	54
Total	100	154
Circulante	100	154

⁽¹⁾ Refere-se a Original Investimentos Imobiliários Ltda.

13. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado está assim representado

a.1) Composição	Ordinárias	30/06/2021	Ordinárias	31/12/2020
De domiciliados no país	112.123	112.123	112.123	112.123
Total	112.123	112.123	112.123	112.123

b) Reserva de lucros

b.1) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% sobre o lucro do exercício, limitada a 20% do capital social. Poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social. Somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

b.2) Reserva estatutária

A legislação vigente e o estatuto social facultam à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à reserva legal e não distribuída, caso exista, seja destinada para reserva estatutária, com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. Além disso, poderá ser utilizada para distribuição de dividendos aos acionistas.

c) Outros resultados abrangentes

Refere-se ao ajuste ao valor justo líquido de impostos relativo aos ativos financeiros disponíveis para venda no montante de R\$ 310 em 31 de dezembro de 2020. Não havia saldo em outros resultados abrangentes em 30 de junho de 2021.

d) Dividendos / juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado o direito aos dividendos mínimos obrigatórios ou juros sobre o capital próprio, correspondente a 25% do lucro do período, deduzida a parcela destinada a reserva legal.

No semestre findo em 30 de junho de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não foram deliberados dividendos ou juros sobre o capital próprio.

14. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Processamento de dados	(494)	(675)
Serviços técnicos especializados e de terceiros	(91)	(17)
Propaganda e publicidade	(82)	-
Serviços do sistema financeiro	(44)	(34)
Depreciações e amortizações	(17)	(19)
Legais e jurídicas	(8)	-
Comunicações	(6)	(66)
Aluguéis	-	(14)
Outras	(73)	(55)
Total	(815)	(880)

15. Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
COFINS	(512)	(101)
PIS / PASEP	(83)	(16)
Outras	(4)	-
Total	(599)	(117)

16. Outras Receitas

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Reversão provisões trabalhistas	473	-
Atualização de impostos a compensar	8	21
Atualização de depósitos judiciais	1	1
Reversão de provisões operacionais	-	21
Outras	-	128
Total	482	171

17. Outras despesas

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Provisões trabalhistas	(81)	(110)
Outras	(6)	-
Total	(87)	(110)

18. Partes Relacionadas

O Banco Original do Agronegócio não remunera seus administradores com benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e pagamento baseado em ações.

O Banco Original do Agronegócio não concedeu empréstimos ao pessoal chave da administração no semestre findo em 30 de junho de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O Banco Original do Agronegócio realiza transações bancárias com partes relacionadas, tais como depósitos remunerados e não remunerados. Dentre as principais empresas do grupo J&F, destacamos o Banco Original S/A.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

	Empresas do grupo J&F	Entidade controladora ⁽¹⁾	Entidades controladas ⁽²⁾	30/06/2021
Ativos				
Disponibilidades	160	-	-	160
Ativos financeiros	162.551	-	-	162.551
Passivos				
Depósitos e demais instrumentos financeiros	13.991	-	-	13.991
Outros passivos	-	-	100	100
				01/01 a 30/06/2021
Resultado				
Resultado em operações com títulos e valores mobiliários	1.851	-	-	1.851
Despesas em operações de captação no mercado	(178)	-	-	(178)

	Empresas do grupo J&F	Entidade controladora ⁽¹⁾	Entidades controladas ⁽²⁾	31/12/2020
Ativos				
Instrumentos financeiros	156.307	-	-	156.307
Passivos				
Depósitos e demais instrumentos financeiros	13.812	-	-	13.812
Outros passivos	-	-	100	100
				01/01 a 30/06/2020
Resultado				
Resultado em operações com títulos e valores mobiliários	3.158	-	-	3.158
Despesas em operações de captação no mercado	(235)	-	-	(235)
⁽¹⁾ J&F Participações S/A				
⁽²⁾ Original Investimentos Imobiliários				

19. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Banco Original do Agronegócio é uma entidade integrante do Conglomerado Prudencial

Original, que preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes, sendo o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço e a independência na mensuração e reporte de riscos por essas áreas em processos já implantados.

20. Suficiência de Capital

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2021 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o Conglomerado Prudencial Original mostrou-se enquadrado no limite de capital regulatório e com patrimônio de referência compatível com seu nível de risco. Em 30 de junho de 2021 o Índice de Basileia III e II foi de 9,85% (10,1% em 31 de dezembro de 2020).

21. Informações Complementares

a. Garantias prestadas

No semestre findo em 30 de junho de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não foram concedidos avais de fianças a terceiros.

b. Combate aos efeitos da COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) deveria ser tratado como uma pandemia, devido ao seu alcance global. Diversas ações significativas de governos e entidades do setor privado foram tomadas para combater essa ameaça.

A Administração adotou medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19, especificamente sobre operações de crédito e aspectos relacionados à adequação de capital.

Cabe destacar que as atividades operacionais continuam normalmente, tendo sido adotado o trabalho remoto para seus colaboradores.

Adicionalmente, por se tratar de uma crise sem precedentes, a COVID-19 trouxe uma nova fonte de incertezas à atividade econômica global. Assim, a Administração avalia de maneira contínua os riscos e impactos identificados desta pandemia nas estimativas e julgamentos críticos para a elaboração das demonstrações financeiras, bem como a manutenção de suas operações.

c. Resultado recorrente e não recorrente

Não houve resultado não recorrente nos semestres findos em 30 de junho de 2021 de 2020.

22. Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S/A e J&F Investimentos S/A

Em junho de 2017, a J&F Investimentos S.A. (“J&F”), atual acionista indireta do Banco Original do Agronegócio, celebrou acordo de leniência com o Ministério Público Federal (“acordo”), comprometendo-se em seu nome e em nome das empresas por ela controladas, a cooperar voluntariamente com o estado, a realizar investigações internas e fornecer-lhe elementos de informação para comprovar a materialidade e autoria dos atos irregulares cometidos e confessados.

A investigação foi formalmente encerrada em 27 de fevereiro de 2018 e os assessores concluíram que não foram identificadas evidências de que a Administração do Banco Original do Agronegócio realizou qualquer prática ilícita vinculada a atividades de corrupção.

Em novembro de 2020 foi finalizada a entrega de todas as investigações internas das empresas do grupo J&F, cumprindo todos os requerimentos exigidos na investigação e do referido acordo, inclusive, mas não limitado, ao Banco Original do Agronegócio.

Administradores Responsáveis pela Divulgação das Demonstrações Financeiras

Alexandre Correa Abreu
Diretor-Presidente

Érico de Arruda Holanda
Diretor

Marcelo Rosas Betine
Contador
CRC 1 PR044644/O-6 “S” SP